

FONTE : OESP

CLASS. : _____

DATA : 2.12.83

PG. : _____

Ministro acusado de forçar lavra de ouro

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Correspondente em BELÉM

O ministro César Cals pressionou a Funai para que uma empresa de mineração pudesse realizar pesquisa e lavra de ouro dentro da reserva indígena caiapó, no Pará, apesar da oposição da Funai e do Ministério do Interior. A empresa — Stannun — é controlada por José Lino Cypriano, genro do general Oziel de Almeida, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Até hoje, porém, a Funai vem resistindo às pressões e até ingressou na Justiça para cancelar um contrato irregular feito entre a empresa e o cacique Pombo e pediu ao DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral) o cancelamento dos alvarás a ela concedidos.

José Lino Cypriano é geólogo e fundou a Stannun — Empreendimentos Minerais Ltda em 1979, em Brasília. No ano seguinte, adquiriu seis alvarás de pesquisa que outra empresa, a Espeng, havia obtido do DNPM em 1978, além de 11 processos de requerimento de alvarás de pesquisa. Depois, fez um acordo com a Shelita — Serviços de Mineração Ltda para explorar em conjunto a mineração de ouro numa área de dez mil hectares no município de São Félix do Xingu, no Pará. A Shelita financiaria todas as despesas e a Stannun garantiria a tramitação dos interesses junto ao CNPM, inclusive a obtenção da lavra definitiva.

Chefiados pelo ex-sertanista da Funai Alcebiádes Carvalho Santos, 43 homens armados pela empresa entraram no Rio Branco e expuseram os quase 800 garimpeiros ali instalados. Depois de montada a base de operações da empresa, José Lino Cypriano esteve três vezes no garimpo e — segundo depoimento prestado pelo ex-sertanista à Polícia Federal — estava acompanhado do coronel Gaia, do Exército, que traba-

lhava com o general Golbery do Couto e Silva, então na chefia do Gabinete Civil da Presidência.

Somente depois da entrada da empresa no garimpo é que foi pedida a autorização para pesquisas geológicas nas áreas dos três alvarás, negada pelo chefe da Divisão Fundiária da Funai, Orivaldo dos Prazeres. O presidente da Fundação na época, João Carlos Nobre da Veiga, pediu ao DNPM o cancelamento dos alvarás e à Polícia Federal que retirasse os garimpeiros da reserva. Chegou a ser expedida ordem de prisão contra Alcebiádes Santos mas, segundo seu depoimento, o general Oziel de Almeida, a pedido de Cypriano, conseguiu com o governador do Estado, Alacid Nunes, o cancelamento da ordem de prisão.

Em setembro de 81, o ministro interino das Minas e Energia, Arnaldo Barbalho, pediu ao ministro Mário Andreazza que intercedesse junto à Funai para "viabilizar os trabalhos de pesquisas geológicas na área concedida à Stannun". Três meses mais tarde, o ministro César Cals reforçou o pedido, mas o novo presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, reafirmou que a Fundação não cederia. Em janeiro do ano passado, o ministro Mário Andreazza comunicou a César Cals que, diante da posição da Funai, a Stannun não poderia continuar na reserva.

Em junho, José Lino Cypriano enviou ofício ao Conselho de Segurança Nacional, pedindo autorização para continuar suas pesquisas, mas o Conselho respondeu que não tinha jurisdição sobre a área. Em março deste ano, a Stannun voltou à carga: denunciou à Funai que 500 garimpeiros estavam invadindo a área do alvará que possuía. A Fundação encontrou 750 homens, autorizados pelo cacique Pombo, extraíndo ouro dentro da reserva. Agora, a Funai quer retirar esses garimpeiros, e não pretende permitir novas invasões.